



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150587 - MG (2021/0226242-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : DOUGLAS DA SILVA LIMA (PRESO)
ADVOGADO : HARLEY LUIZ SOARES - MG198135
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DOUGLAS DA SILVA LIMA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Habeas Corpus Criminal n. 1.0000.21.075896-7/000).

O recorrente foi preso em flagrante como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sobrevindo decisão que converteu a custódia em preventiva.

Sustenta o recorrente que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, estando lastreado na gravidade abstrata do delito que lhe foi imputado.

Alega que não estariam previstos os requisitos necessários para a segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que foi preso enquanto estava dormindo e não haveria nos autos qualquer prova da traficância, salientando, ainda, não ter sido encontrada droga em seu poder.

Afirma que é primário, ostenta bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor, a fim de que possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente (e-STJ fls. 99-101):

Inicialmente, a partir de uma análise perfunctória, verifico que a prisão se deu após operação policial que apurou denúncias de tráfico, tendo os policiais avistado o paciente em movimento que indicava mercancia de drogas. Além disso, a droga apreendida foi encontrada no local onde Douglas estava, havendo, por ora, indícios suficientes de autoria e materialidade do delito.

Verifica-se, ainda, que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, encontra-se devidamente fundamentada em elementos concretos-gravidade concreta do delito e a reiteração delitiva do agente-, demonstrando a necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública.

Assim, em que pesem os argumentos trazidos pela Defesa, não verifico nenhuma ilegalidade flagrante na manutenção da segregação provisória, tampouco abuso de poder, haja vista que a decisão que converteu a prisão

em preventiva, encontra-se pautada em motivação concreta, na necessidade da prisão cautelar para a garantia da ordem pública em face da gravidade concreta do delito.

Aliás, as circunstâncias da prisão em flagrante demonstram a gravidade dos fatos. Com efeito, a quantidade de droga apreendida, que consistiam em 20 (vinte) unidades de substância análoga à cocaína, totalizando o peso de 26,04g, reforça as conclusões obtidas pelo juízo a quo neste momento processual.

Como é sabido, no Estado democrático, o princípio da presunção de inocência é um princípio basilar que norteia nosso jurídico, sendo certo que inquéritos policiais em andamento ou já arquivados não devem ser considerados como maus antecedentes. O mesmo raciocínio aplica-se também às ações penais em curso ou já encerradas com decisão absolutória.

No entanto, isso não se aplica, na análise das circunstâncias para a decretação da prisão preventiva, em que inquéritos e processos em andamento são elementos que, não obstante precários, podem ser utilizados para fundamentar a prisão em virtude da probabilidade de reiteração delitiva e demonstração, por isso, de certo descaso do paciente com o ordenamento jurídico-penal.

Cumpra registrar que a reiteração criminosa pode e deve ser considerada para fins de decretação da prisão preventiva, não sendo inconstitucional a presunção de que o acusado irá voltar a delinquir, uma vez que nesta fase deve também ser considerada a paz e a segurança da sociedade.

É que nestes casos, a reiteração delitiva reclama atuação mais forte do Estado, impondo a segregação cautelar, para aquele que não consegue conter seus impulsos transgressores, afetando a ordem pública.

[...]

In casu, verifica-se da CAC e FAC que o paciente além de possuir passagens policiais, é reincidente, e responde por crime da mesma natureza.

Assim, ainda que a regra seja a liberdade, vigorando no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da presunção de inocência, esta não é absoluta, vez que a prisão antes do trânsito em julgado do édito condenatório pode ser admitida a título de cautela, em virtude de periculum libertatis.

Dessa forma, presentes os pressupostos e requisitos fáticos e instrumentais do artigo 312 do CPP, mostra-se necessária a manutenção da prisão preventiva.

Assim, uma vez afirmada a necessidade da prisão preventiva, por óbvio, resulta também afirmada a insuficiência de qualquer outra medida que lhe sirva de alternativa.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência